

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COLÉGIO AGRÍCOLA DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SPED
EM UMA EMPRESA**

MONOGRAFIA

Alexandre Roberto Villanova Fernandes

**Frederico Westphalen, RS, Brasil
2013**

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SPED EM UMA EMPRESA

por

Alexandre Roberto Villanova Fernandes

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Tecnologia da Informação, do Colégio Agrícola de Frederico
Westphalen, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Tecnologia da Informação

Orientadora: Prof^a. Adriana Soares Pereira

**Frederico Westphalen, RS, Brasil
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COLÉGIO AGRÍCOLA DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SPED EM UMA
EMPRESA**

Elaborada por
Alexandre Roberto Villanova Fernandes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Tecnologia da Informação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Adriana Soares Pereira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Catiane Priscila Barbosa Arenhardt, Me. (UFSM)

Edinara Filipiak de Cristo, Me. (UFSM)

Frederico Westphalen, 14 de dezembro de 2013.

DEDICATÓRIA

*À minha família e meu amor, que me apoiaram em todas as minhas escolhas,
sempre com amor e confiança.*

AGRADECIMENTOS

Aos diretores, contador e gestor de TI, a todos os colaboradores que contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, às pessoas que desejam meu sucesso todos os dias, aos colegas de curso em especial Pablo e Débora, aos professores que ajudaram no meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal e em especial à minha professora e orientadora.

*“Não se gerencia o que não se mede,
não se mede o que não se define,
não se define o que não se entende,
não há sucesso no que não se gerencia”.*

William Edward Deming

RESUMO

Monografia

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Tecnologia da Informação
Colégio Agrícola de Frederico Westphalen
Universidade Federal de Santa Maria

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SPED EM UMA
EMPRESA****AUTOR: ALEXANDRE ROBERTO VILLANOVA FERNANDES****ORIENTADORA: ADRIANA SOARES PEREIRA****Data e Local da Defesa: Frederico Westphalen, 14 de dezembro de 2013.**

A tecnologia está presente na vida de todos. Hoje, nenhum campo profissional resiste à transformação que acontece, a era da informação. Diante deste quadro, era impossível que a Contabilidade como ciência ficasse alheia ao progresso tecnológico. Governo, empresas e o profissional contábil perceberam que os livros e a caneta já não podiam fazer parte do cotidiano da contabilidade. Assim, o governo brasileiro deu início a uma reforma no controle fiscal e contábil que modificou e irá modificar toda rotina das empresas e de seus contadores. Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise dos processos de implantação do SPED em uma empresa e assim verificar as dificuldades e os benefícios que o projeto trouxe para a mesma. A metodologia foi apoiada na pesquisa exploratória a qual permitiu um levantamento bibliográfico em livros e artigos científicos já publicados sobre o referido assunto, no levantamento através de contato com os profissionais envolvidos nas áreas de contabilidade e tecnologia da informação da empresa ABC e na pesquisa qualitativa. Neste trabalho pode-se observar como o SPED mudou a cultura organizacional da empresa, alterando os processos de trabalho, como no atendimento aos fornecedores, clientes, nos controles internos e externos da informação contábil e fiscal, na utilização de sistemas para auxiliar na tomada de decisões, houve uma maior integração e participação de outros colaboradores na rotina da empresa para o sucesso da implantação do projeto SPED.

Palavras-chave: Tecnologia, Contabilidade, SPED.

ABSTRACT

Monograph

Graduate Program in Information Technology Management
Agricultural College Frederico Westphalen
Federal University of Santa Maria

**ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE PROJECT IN A
SPED COMPANY**

AUTHOR: ROBERTO ALEXANDRE VILLANOVA FERNANDES

ADVISOR: ADRIANA PEREIRA SOARES

Date and Place of Defense: Frederico Westphalen, December 14, 2013.

The technology is present in everyone's life. Today, any professional field resists transformation that occurs, the information age. Given this situation, it was impossible for accounting as science should be oblivious to the technological progress. Government, business and professional accounting books and realized that the pen could no longer be part of routine accounting. Thus, the Brazilian government initiated a reform in the tax and accounting control that changed and will change the whole routine of businesses and their accountants. This work aims to conduct an analysis of the processes of implementation of SPED in a company and thus verify the difficulties and benefits that the project has brought to it. The methodology was supported in exploratory research which allowed a literature in books and scientific articles already published on that subject, the survey by contacting the professionals involved in the fields of accounting and information technology company ABC and qualitative research. This work may be seen as the SPED changed the organizational culture, changing work processes, serve customers to suppliers, customers, internal and external controls of the accounting and tax information, the use of systems to assist in making decisions, there was greater integration and participation of other employees in the company's routine for the successful implementation of SPED project.

Keywords: Technology, Accounting, SPED.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13
2.1 Evolução da utilização da informática	13
2.2 Conceituação de TI	14
2.3 A importância da TI para as organizações	14
2.4 Dificuldades para o uso da TI	16
2.5 Benefícios oferecidos pelo uso da TI.....	16
2.6 O uso das informações nas organizações.....	19
2.7 Os Sistemas de Informações.....	20
2.8 Sistemas de Informações Contábeis.....	20
2.9 A Tecnologia da Informação e a Contabilidade	21
2.10 Importância da Tecnologia da Informação para os Contadores	22
3 SPED - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.....	24
3.1 A mudança com a chegada do SPED.....	25
3.1.1 Tecnologia de informação e Comunicação	25
3.1.2 Infraestrutura Física	26
3.1.3 Pessoas	26
3.1.4 Comunicações	26
3.1.5 Legislação.....	27

3.1.6 Processos de Negócios	27
3.2 SPED Contábil	27
3.3 SPED Fiscal.....	29
3.4 Principais aspectos positivos e negativos do SPED	31
3.4.1 Aspectos Positivos	31
3.4.2 Aspectos Negativos.....	32
3.5 Informações para o profissional contábil.....	34
3.5.1 Definir Equipe Responsável.....	34
3.5.2 Conhecer a Legislação	35
3.5.3 Levantamento dos Clientes Atingidos (a curto e médio prazos).....	35
3.5.4 Avaliação dos Sistemas do Escritório e dos Clientes.....	36
3.5.5 Fazer Reunião Geral e Individual com os Clientes	36
3.5.6 Reavaliar Processos – O Escritório Dentro do Cliente.....	37
3.5.7 Realizar Treinamentos Periódicos (Funcionários do Escritório e dos Clientes).....	37
3.6 GOVERNO ELETRÔNICO EM OUTROS PAÍSES	38
4 MÉTODOS E TÉCNICAS	42
4.1 Pesquisa Exploratória	42
4.2 Levantamento.....	43
4.3 Pesquisa Qualitativa.....	43
4.4 Definição da área ou população.....	44
4.5 Planos e instrumentos de coleta de dados.....	44
4.6 Plano de análise dos dados	44
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1 INTRODUÇÃO

Em nível mundial e nacional o ambiente empresarial tem passado por profundas mudanças nos últimos anos, as quais são consideradas diretamente relacionadas com a Tecnologia da Informação (TI), devido aos seus impactos empresariais e sociais. A partir desse novo ambiente, as organizações de vários setores têm considerado importante realizar investimentos em TI.

Cada vez mais os profissionais da contabilidade estão procurando obter mais conhecimentos sobre o valor estratégico que a TI proporciona para as organizações. A TI tem como propósito proporcionar melhores práticas de gestão aos administradores auxiliando-os na tomada de decisões.

No Brasil, observa-se que o Governo está empenhado em melhorar seus serviços fornecendo por meio da tecnologia da informação e comunicação novos sistemas de relacionamento com o contribuinte. Segundo Britto (2008), “está sendo iniciada uma nova era regida pela tecnologia da informação, que fará parte do cotidiano dos empresários, de advogados, contadores e demais profissionais: rotinas de transmissão de dados com assinatura digital, manipulação de arquivos eletrônicos etc.” Diante disso, surgiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias por parte dos contribuintes, transmitidas às administrações públicas e aos órgãos fiscalizadores.

Está promovendo um impacto significativo nas empresas, as quais terão que atualizar seus sistemas existentes para atender os *layouts* definidos pelo SPED, fazer melhorias em infraestrutura de comunicações para garantir um ambiente adequado ao volume de informações que serão transitadas pela *web*, revisar sua infraestrutura física para adequação ao novo cenário, como por exemplo: espaço físico para novos equipamentos de armazenamento de dados eletrônicos. (BRASIL, 2011).

Segundo Castro (2011), além da redução de custos, os contribuintes não precisam mais lançar todas as informações contidas nas notas fiscais emitidas e recebidas pela empresa manualmente; esses lançamentos serão feitos eletronicamente, por meio da obtenção dos dados contidos nos arquivos das Notas Fiscais Eletrônicas. Com a implantação do SPED, o cumprimento das obrigações

acessórias junto às administrações tributária e aos órgãos fiscalizadores tende a ficar mais moderno; as empresas deixarão de enviar essas obrigações em papel, e passarão a enviar essas informações por meio digital *online*. As mesmas serão assinadas digitalmente utilizando-se de um certificado digital para sua validação.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise dos processos de implantação do SPED bem como as dificuldades e benefícios que o projeto trouxe para a empresa. E ainda fazer o levantamento bibliográfico sobre o tema SPED especificando os subprojetos escrituração fiscal digital e escrituração contábil digital; verificar as dificuldades e benefícios após a implantação do SPED; e verificar o que mudou nos processos internos e externos da empresa após a implantação do SPED.

A elaboração deste trabalho justifica-se tendo em vista que o Art. 3º, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007 afirma que ficam obrigadas a adotar a escrituração contábil digital (ECD):

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009)¹

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009)

E quanto a Escrituração Fiscal Digital – (EFD), a Receita Estadual informa que a partir de 1º de janeiro/2012 todos os contribuintes do RS, da modalidade geral, cujo faturamento da empresa em 2010 foi superior a 2,4 milhões, serão obrigados a Escrituração Fiscal Digital (EFD), conforme critérios de seleção definidos na Instrução Normativa 45/98². Ainda, a pedido do contribuinte, poderá surtir efeitos somente a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da solicitação. Se um estabelecimento entra na obrigatoriedade todos os estabelecimentos da empresa no estado entram na obrigatoriedade (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

¹ Altera os arts. 2º, 3º, 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de dezembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital e o Manual de Orientação do Leiaute.

² Expece instruções relativas às receitas públicas estaduais.

O trabalho está constituído das seguintes partes: nos capítulos 2 e 3 estão a fundamentação teórica pesquisada em literatura já existente a fim de se conhecer mais sobre o assunto. No capítulo 4 é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho bem como o plano e delineamento da pesquisa, já no capítulo 5 são apresentados os resultados obtidos bem como a análise e interpretação dos mesmos. Na parte final do trabalho encontram-se as considerações finais.

2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A fundamentação teórica é realizada por meio de análise da literatura já publicada sobre o referido tema, oportunizando informações necessárias para entendimento da estruturação e desenvolvimento do trabalho.

2.1 Evolução da utilização da informática

De acordo com Albertin (2009), com relação à utilização da Informática deve-se considerar a evolução do hardware e do software, considerando sua disponibilidade e custo que são fatores que afetam a adoção da tecnologia. Segundo Meirelles (apud ALBERTIN, 2009), hardware pode ser definido como sendo a parte material, os componentes físicos. E que software é o conjunto de instruções para o hardware, necessário para aproveitar toda a capacidade de processamento que este fornece.

Como argumentado por Albertin (2009), o hardware teve seu custo/preço diminuído significativamente nos últimos 20 anos, já o software teve uma redução menos acentuada. Atualmente, outra análise que se pode fazer é que a evolução da informática está baseada em sua utilização, pelo fato de que a informática se faz presente em todos os segmentos e atos de nossa sociedade, de alguma forma ou de outra somos todos atingidos por ela. A interação das pessoas com a Informática traz tanto oportunidades como riscos, devido ao seu componente de impacto social. Os modos de trabalho das pessoas tendem a ser modificados, o autor ainda afirma que a maioria das pessoas e organizações são avessas a essas mudanças.

2.2 Conceituação de TI

De acordo com o conceito apresentado por Albertin: “TI é tudo aquilo com que podemos obter, armazenar, tratar, comunicar e disponibilizar a informação” (2009, p. 7). Essa definição realça a criação de infraestrutura de TI, interna e externa à organização e a sua aplicação aos processos da cadeia de valor de negócio.

Segundo Rezende (2011), a TI pode ser conceituada como sendo os recursos tecnológicos e computacionais para guarda, geração e uso da informação e do conhecimento. Todos esses recursos interagem e necessitam fundamentalmente do recurso humano. É por meio da TI que são viabilizados os sistemas de informação, sendo praticamente impossível desenvolver e implantar esses sistemas sem o uso de recursos tecnológicos, além de serem responsáveis pelas atividades de geração, troca e integração dos dados, informações e conhecimentos.

Ao longo do tempo a forma com que as empresas processam a informação e as disponibilizam vem sendo transformadas pelo surgimento de novos componentes e equipamentos eletrônicos. A TI viabiliza as informações tornando-as mais ágeis, além de apoiar sobretudo nas decisões estratégicas da organização.

2.3 A importância da TI para as organizações

Para Hunter e Westerman (2011), a TI é fundamental para o sucesso de quase todas as empresas em todos os setores, públicos ou privados, em todos os lugares do mundo, e os seus efeitos se estendem a todos nós. A TI não deve ser vista apenas como custo em se fazer negócios, mas sim com a função de agregar valor a eles. A TI melhora o desempenho dos negócios otimizando processos internos que são melhorados ou transformados através da automação, que é usada para alterar o modo como os clientes e parceiros interagem com a empresa. Ocorre melhora significativa também nas informações internas, que são fornecidas para o público interno para suportar a tomada de decisões relacionadas a questões

operacionais específicas, e também nas informações externas que são fornecidas diretamente para as partes externas, como os clientes e fornecedores.

Segundo Rezende (2011), os sistemas de informação e a TI são recursos considerados fundamentais e inexoráveis para que se obtenha agilidade, efetividade, sucesso e inteligência da organização. E até mesmo para as pequenas organizações esses recursos são considerados indispensáveis, pois as relações com o ambiente externo requerem sua utilização. É muito difícil construir e utilizar os sistemas de informação nas organizações sem que haja o envolvimento da indispensável TI.

Os autores Weill e Ross (2011), situam a TI num contexto organizacional como um dos seis ativos principais (humanos, financeiros, físicos, de propriedade intelectual, de TI e de relacionamentos) que devem ser administrados para que se gere valor. Essa geração de valor depende da integração dos ativos principais da empresa. A influência da TI no desempenho empresarial continuará a crescer, quer a organização concentre-se na eficiência, na inovação, no crescimento, na responsabilidade dos clientes ou na integração dos negócios, a TI se tornou um ingrediente essencial para os negócios. As organizações devem ter pessoas adequadas envolvidas na tomada de decisão de TI proporcionando assim maior número de aplicações estratégicas e maior índice de adesão por parte dos demais colaboradores, um maior envolvimento das pessoas traz como resultado melhores implementações.

Souza (2004) considera a TI apenas como uma ferramenta que se utilizada de maneira adequada e se for de acordo com a estratégia empresarial, pode gerar impactos na organização. O autor relata ainda que as pessoas continuarão a ser o recurso mais importante da organização, mas que a infraestrutura que elas operam será digital.

Como se pode constatar pelo posicionamento dos renomados autores citados nesse referencial teórico, a TI é muito bem vista por todos eles como sendo uma das maiores aliadas ao objetivo principal das organizações que é o bom desempenho empresarial. Influenciando principalmente o planejamento da organização e permitindo também melhorar a qualidade das informações em todos os setores da organização. As empresas estão utilizando a TI para interligar suas várias áreas alinhando dessa maneira seu planejamento estratégico com todos os demais setores organizacionais.

2.4 Dificuldades para o uso da TI

O processo de informatização das organizações apresenta dificuldades como: custo elevado, demanda de tempo provocando transformações na estrutura organizacional e resistências de ordem cultural. O custo elevado é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas organizações no processo de informatização de suas atividades. Os recursos financeiros que são necessários para a implantação (ou mudança) de TI podem influenciar de maneira muito significativa na decisão dos gestores a adotarem ou não essas tecnologias. A demanda de tempo também pode caracterizar como empecilho para adoção de novas tecnologias por parte da organização, visto que muitas vezes um sistema de informações demora a ser implantado e incorporado a sua cultura.

De acordo com os autores Santos Junior, Freitas e Luciano (2005), as dificuldades enfrentadas pelas organizações na implementação do uso da TI além de requerer recursos e necessitarem de grande tempo de implantação também não fornecem as informações necessárias aos administradores que não sabem interpretar as informações que são geradas pelos sistemas. Outros fatores de ordem técnica, como base de dados redundantes e desorganizadas, programas que impedem a absorção de novos procedimentos com a rapidez e flexibilidade desejadas e ambientes com plataformas de hardware e software inadequados são outros elementos que também dificultam a utilização da TI pelas organizações.

2.5 Benefícios oferecidos pelo uso da TI

De acordo com os estudos e teorias de Slack, Chambers e Johnston (apud ALBERTIN, 2009), inúmeros são os benefícios oferecidos pela TI, eles definiram que a base para o sucesso da empresa é custo, qualidade, tempo, flexibilidade e inovação.

Segundo Albertin (2009), o sucesso da empresa depende tanto de variáveis internas quanto de externas, sendo que esta interação leva a empresa a lidar mais

adequadamente com seus fatores críticos de sucesso. As organizações devem eleger alguns fatores-chaves de desempenho ou medidas que podem ter dimensões diversas de acordo com a especificação da empresa, que pode ser a produtividade, custo ou qualidade, entre outras. A TI vem proporcionar que sejam encontradas algumas respostas a partir de algumas etapas elaboradas para gerenciar e melhorar o desempenho empresarial. As etapas são as seguintes:

- a) possibilitar aos gerentes um conjunto de gráficos de desempenho de sua área de responsabilidade no tempo correto;
- b) identificar nos gráficos os fatores-chaves de desempenho de cada área;
- c) usar informação para identificar problemas, responder a questões, reconhecer desempenho, tomar decisões;
- d) usar um método científico para diagnosticar problemas e testar soluções;
- e) manter todos informados sobre os processos em andamento e novos desenvolvimentos; e
- f) revisar continuamente as prioridades e metas quando o progresso é alcançado.

Segundo Murphy (apud ALBERTIN, 2009), a organização precisa de um conjunto de medidas mais integrado e balanceado que indique os diversos direcionadores que contribuem para obter maior desempenho e alcançar metas estratégicas. Para isso, existem cinco pilares para a realização de benefícios de TI, que são definidos como: alinhamento estratégico (alinhamento da estratégia de investimento em TI com o atingimento de metas), impacto nos processos de negócio (integração da cadeia de valor), arquitetura (sistemas operacionais, banco de dados e redes que a empresa tem ou planeja implementar), retorno direto (entendimento dos benefícios que um projeto de TI pode oferecer) e risco (identificação dos investimentos propostos que podem apresentar falhas ou um desempenho abaixo do desejado). Os benefícios de TI podem ser divididos em tangíveis que podem ser definidos como aqueles que impactam diretamente nos resultados da empresa, por exemplo, redução de custos e geração de lucros, e em benefícios intangíveis que causam melhorias de desempenho do negócio não impactando diretamente no resultado da empresa, por exemplo, as informações gerenciais.

Os benefícios e as reconfigurações de negócios influenciados pela TI certamente devem refletir em benefícios efetivos para o negócio,

esses benefícios incluem a redução de custo obtida por exemplo pela integração interna de processos e áreas; o aumento da produtividade obtido por exemplo pela automação localizada de processos; a melhoria da qualidade obtida pela utilização de tecnologia nos próprios produtos e serviços ou mesmo nos processos para garantir sua efetividade; o aumento da flexibilidade obtido por exemplo, pela base tecnológica que permite o crescimento do volume de negócios sem um crescimento proporcional de custos operacionais ou mesmo de forma rápida; e a inovação obtida por novas práticas e processos possíveis por meio da utilização intensa de TI (ALBERTIN E MOURA apud ALBERTIN, 2009, p. 38).

Alguns dos benefícios oferecidos pela TI podem ser visualizados na figura 1.

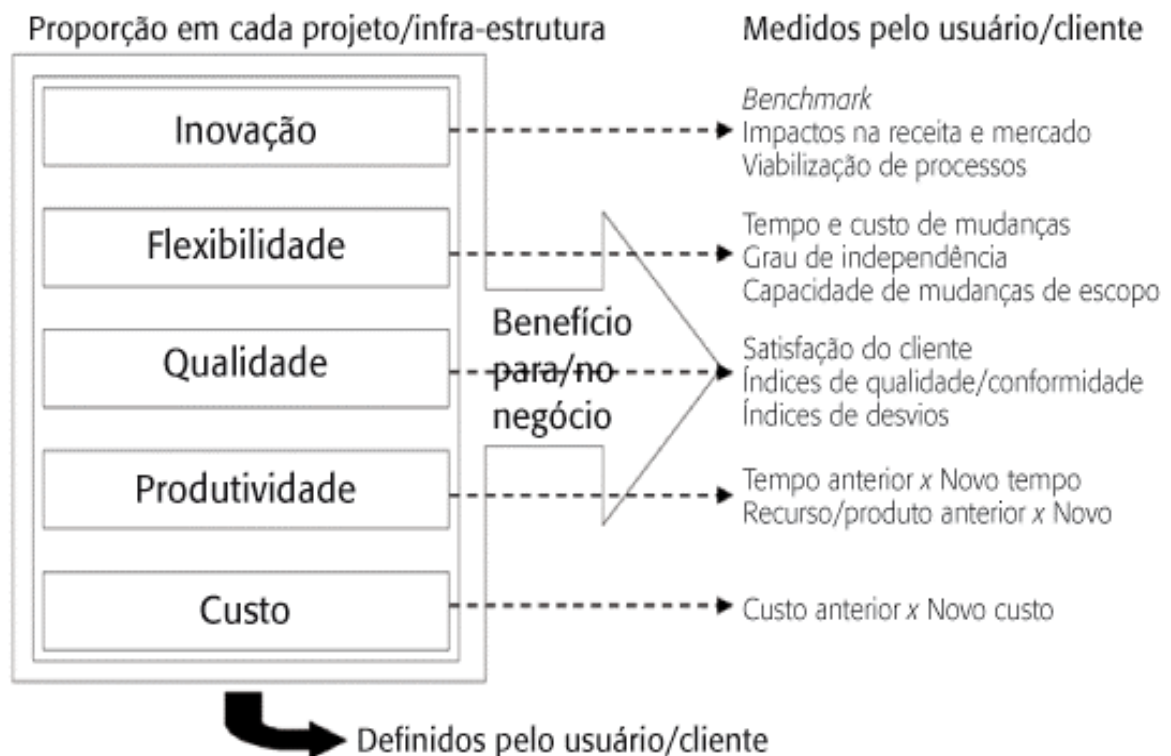


Figura 1 - Benefícios oferecidos pelo uso de TI

Fonte: Albertin e Moura (apud ALBERTIN, 2009, p. 39)

Atualmente a TI desempenha papel importante nas organizações e deve ser tratada de forma adequada para que se consiga garantir o seu sucesso. Ela deve estar alinhada com a organização, e esta, com a TI, de forma que os objetivos e estratégias organizacionais sejam atingidos e que o resultado esperado seja alcançado.

2.6 O uso das informações nas organizações

Conforme Albertin (2009) a informação esteve sempre presente em todas as organizações, contudo, com a evolução dos negócios, seu volume e valor aumentaram significativamente, exigindo uma solução para seu tratamento. Tanto em nível de organizações comerciais como científicas, a capacidade de armazenar e processar grandes quantidades de informações com velocidade e precisão além de disponibilizar de forma instantânea e flexível se tornou um fator crítico de sucesso e inclusive de sobrevivência e continuidade para as organizações.

Da mesma forma Souza (2004) contextualiza os diversos usos das informações nas organizações, relatando que elas dependem da interação entre seus participantes que se comunicam e trocam informações entre si. As informações são utilizadas para o controle e atingimento de metas, elas são necessárias como base para a coordenação de todas as atividades realizadas pelos diversos setores das organizações. A informação depende do contexto em que será usada, a maneira mais adequada de entender seu uso pelas organizações é dividir as decisões tomadas nos níveis estratégico, gerencial e operacional. O uso das informações para tomada de decisões é fundamental para as organizações, sendo elemento essencial nos mecanismos que regulam as relações entre elas e seu meio-ambiente (empresas clientes, governo, concorrentes, consumidores, etc.).

A organização deve dispor de ferramentas que proporcionem informações confiáveis referentes a todas as operações que aconteçam em seu ambiente empresarial, bem como ter conhecimento prévio da avaliação de futuras consequências das decisões tomadas. A forma como a informação é apresentada também pode influenciar sua utilização, desse modo os gestores devem escolher o sistema que melhor se enquadre em seus objetivos organizacionais. Após eleger o sistema de informação mais adequado a organização estará preparada para aproveitar todas as vantagens proporcionadas por ele.

2.7 Os Sistemas de Informações

De acordo com Lucas (apud ALBERTIN, 2009), sistema de informação é um conjunto de procedimentos organizados que, quando executados, proveem informação para suportar a tomada de decisão e o controle numa organização. Também se deve incluir nesta definição o suporte às operações da organização e o lado aplicativo da TI, utilizada nos procedimentos para tratar as informações existentes.

Rezende (2011) classifica os sistemas de informação do ponto de vista do ciclo evolutivo em: manuais; mecanizados; informatizados; automatizados; e gerenciais e estratégicos. Os sistemas mecanizados são os sistemas que utilizam recursos da TI de forma mecânica, sem valor agregado. Os informatizados são os sistemas que usam recursos da TI de forma inteligente e com valor agregado.

Os sistemas de informações geram para as organizações uma melhoria em seu processo decisório, vindo proporcionar um melhor entendimento de seus benefícios quando constatadas, por exemplo, redução de custos das operações organizacionais, melhoria no acesso às informações, melhoria na estrutura administrativa facilitando o fluxo das informações, etc.

2.8 Sistemas de Informações Contábeis

De acordo com Moscove, Simkin e Bagranoff (2002) a contabilidade é um sistema de informações. Ela é um processo comunicativo que coleta, armazena, processa e distribui informações para os que precisam dela. Por exemplo, os contadores nas empresas reúnem dados sobre o desempenho da organização, processam esses dados e produzem e distribuem relatórios financeiros. Eles tem a função de produzir e analisar informações. O Sistema de Informações Contábeis (SIC) é o subsistema de informação dentro de uma organização que acumula informações de vários subsistemas da empresa e comunica-as ao subsistema de processamento de informações, como mostrado na figura 2.

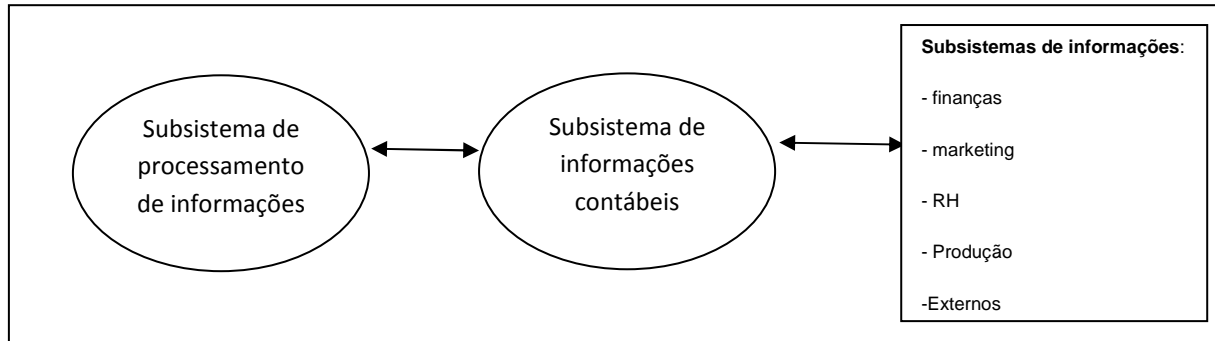


Figura 2 – Relação do Sistema de informações contábeis com os vários subsistemas de informações da organização

Fonte: Moscove, Simkin e Bagranoff (2002)

Conforme Padoveze (2007) a ciência contábil traduz-se naturalmente dentro de um sistema de informação. Poderá ser arguido que fazer um sistema de informação contábil com a ciência da contabilidade é um vício de linguagem, já que a própria contabilidade nasceu sob a arquitetura de um sistema informacional. Desta maneira, o sistema de informação contábil é o grande sistema de informação dentro da empresa.

2.9 A Tecnologia da Informação e a Contabilidade

A evolução da TI atingiu as empresas em todos os seus segmentos, o que trouxe muitas mudanças que impactam na forma como estas são estruturadas, operam, comercializam e inter-relacionam com outras.

A Ciência Contábil é uma área que também foi beneficiada. Para Oliveira (2011, p.17) "as empresas que informatizaram a contabilidade obtiveram bons resultados e procuraram melhorar esse processo." Atualmente existem sistemas que permitem a confecção de demonstrações, de forma automatizada. Segundo

Mahle e Santana (2009), a Contabilidade depende da TI, principalmente dos softwares, para efetuar essas demonstrações e obrigações acessórias.

Para acompanhar o avanço, ainda é necessário se ter bons profissionais para mão-de-obra, pois para chegar nas informações finais, há necessidade de escrituração dos documentos Contábeis, inclusive os fiscais. Com o auxílio dos softwares, uma demonstração contábil que levaria dias ou meses para ficar pronta, pode ser produzida em um período de tempo menor.

A Contabilidade passa atualmente por um processo de modernização. Com o auxílio da TI, lançamentos, processos e confecção de demonstrações são automatizados, tornando-se mais ágeis. Assim cada vez mais, as empresas dependem de um sistema contábil para desenvolverem sua rotina de trabalho.

A TI trouxe a facilidade no procedimento de escrituração contábil e fiscal, assim, cada dia que passa surgem sistemas mais sofisticados que aumentam a visão de controle sobre as informações com possibilidade de redução de fraudes que poderiam ocorrer, trazendo prejuízo ao Fisco.

Desta forma, o governo vale-se da Tecnologia da Informação e busca inovações dentro deste setor para manter o controle sobre as declarações efetuadas pelo contribuinte. Assim foram criados projetos dentro da Fazenda Pública (Federal e Estadual), para fiscalizar áreas Contábeis e Tributárias.

2.10 Importância da Tecnologia da Informação para os Contadores

Segundo Moscove, Simkin e Bagranoff (2002) a tecnologia da informação afeta os sistemas de contabilidade de várias maneiras. Uma razão de sua importância é que ela precisa suportar e ser compatível com os outros componentes de um SIC. Uma segunda razão pela qual a tecnologia da informação é importante para os contadores é que muitas vezes eles ajudam os clientes a comprar equipamentos e programas. Uma terceira razão é que os auditores precisam avaliar sistemas computadorizados. Isso significa que os auditores precisam entender a automação e os controles automatizados e, portanto, serem capazes de identificar os pontos fortes e fracos de um sistema contábil. Uma quarta razão é que os

contadores muitas vezes são solicitados a avaliar a eficácia e eficiência de um sistema existente. É uma tarefa difícil, que requer familiaridade com os pontos fortes e fracos do equipamento e dos programas existentes, assim como conhecimento das tecnologias alternativas que poderiam realizar melhor o trabalho. E a última razão é que ela provavelmente vai afetar a maneira dos contadores de trabalhar no futuro. Esses efeitos vão incluir novas maneiras de colher e registrar informações, novos tipos de sistemas que os contadores vão usar, diferentes tipos de equipamentos e programas e até mesmo novas maneiras de auditar esses sistemas.

É assim que o profissional Contábil deverá exercer a sua profissão. O mercado está exigindo cada vez mais o desenvolvimento de habilidades que vão muito além de gerar números e relatórios, ou ainda, um contador que apenas atenda o fisco. O profissional de sucesso utiliza as informações para criar oportunidades e tomar decisões que garantam a continuidade e crescimento da empresa. “Neste novo mundo, onde todos seremos obrigados a redefinir os nossos papéis, há espaço para definições e escolhas que a maioria de nós não teve oportunidade de fazer no passado.” (NASAJON; SANTOS, 2012).

3 SPED - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Segundo Oliveira (2011), o Projeto *SPED* - Sistema Público de Escrituração Digital, oficializado em Janeiro de 2007, trata-se de uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato digital específico e padronizado. Dessa forma, o SPED irá contribuir para a redução dos custos com o armazenamento de documentos e também para minimizar os encargos com o cumprimento das obrigações acessórias, além de possibilitar uma maior segurança.

O *Sped*, no âmbito da Receita Federal, faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA). Foi incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal em 2007. Na prática, os contribuintes deixam de repassar as informações a cada um dos fiscos, e em forma de papel. Eles passam a enviar tais informações por sistema digital online. Os arquivos comporão uma base de dados única e compartilhada pelo fisco e órgãos autorizados. O Governo Federal, os estados e as instituições poderão acessar diretamente o sistema para obter as informações desejadas.

O SPED garante o benefício de redução de custo e agilidade do processo, combatendo possíveis erros fiscais que uma empresa possa cometer, seja por descuido ou por falta de conhecimento. O Sistema é composto de vários subprojetos: *Sped* Contábil, *Sped* Fiscal e Nota Fiscal Eletrônica Nacional³, Nota Fiscal Nacional de Serviços⁴, livro de apuração do lucro real (e-Lalur⁵), conhecimento de transporte eletrônico (CT-e⁶), Central de Balanços⁷. No âmbito deste trabalho será abordado somente *Sped* Contábil e *Sped* Fiscal. O sistema é obrigatório em empresas desde janeiro de 2009. Fará parte do cotidiano de órgãos

³ Integração do processo de controle fiscal

⁴ Documentar as operações de prestação de serviços

⁵ Eletrônico- Livro de apuração do lucro real

⁶ Conhecimento de Transporte eletrônico

⁷ A central de balanços brasileira é um projeto integrante do sistema público de escrituração digital (*Sped*).

públicos e privados. O SPED (Sistema de Escrituração Digital) foi instituído em 2007 e consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelo contribuinte as administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos. Garante, assim, a validade jurídica apenas na sua forma digital (OLIVEIRA, 2011).

A implantação do sistema, totalmente novo no País, gerará benefícios tanto para o contribuinte quanto para a Receita. O Governo passará a ter maior controle sobre as informações prestadas. O Contribuinte entregará suas obrigações acessórias com mais eficiência. Sem contar a redução de custos pela não utilização de papéis.

3.1 A mudança com a chegada do SPED

Segundo Nota Fiscal Eletrônica do Brasil (2013), o SPED constitui uma nova era para todas as empresas, sem distinção. É possível afirmar isso porque os impactos serão sentidos em todas as áreas – desde a infraestrutura tecnológica, passando pelos processos, pela comunicação e pela evolução cultural das pessoas.

3.1.1 Tecnologia de informação e Comunicação

Atualização dos sistemas das empresas e implementação de novas soluções para a geração dos arquivos magnéticos definidos pelo SPED. Além disso, as empresas terão que preparar a sua infraestrutura de telecomunicações para garantir um ambiente adequado ao volume de informações que serão transmitidas/recebidas na comunicação com os fiscos.

3.1.2 Infraestrutura Física

No novo cenário, totalmente eletrônico, as empresas terão, eventualmente, que revisar a sua infraestrutura física para a adequação às diversas situações que podem ocorrer, como, por exemplo, a aquisição de novos computadores para os pontos de recebimento de notas; a oferta de um local para a instalação de equipamentos para o armazenamento dos dados eletrônicos, etc.

3.1.3 Pessoas

O SPED promove a quebra de alguns paradigmas, como, por exemplo, o manuseio das notas fiscais em papel, recebimento de uma nota para cobrir a entrada da mercadoria e a entrega de várias obrigações fiscais. Por este motivo, as pessoas envolvidas nestes processos serão diretamente impactadas pelas mudanças do SPED, o que levará as empresas a investir em capacitação para que todos tenham o perfeito entendimento do novo cenário. O SPED exigirá uma mudança de cultura nos profissionais, em seus processos de trabalho e em sua visão sobre o negócio das empresas.

3.1.4 Comunicações

Como o SPED envolve várias áreas de negócios, as empresas terão que se preparar para que o processo tenha uma comunicação eficiente, garantindo, desse

modo, o fluxo das informações, e, conseqüentemente, o atendimento ao SPED por completo.

3.1.5 Legislação

No cenário do SPED, os fiscos (Federal, Estadual e, futuramente Municipal) pretendem integrar os processos fiscal-tributários no País, gerando a possibilidade da redução e simplificação das legislações existentes. Além disso, mantendo-se esta tendência, o número de obrigações fiscais será reduzido, gerando um ambiente de negócios melhor para as empresas.

3.1.6 Processos de Negócios

Diante dos pontos mencionados nas dimensões anteriores, fica claro que o SPED promove impacto direto em diversos processos de negócios das empresas, como, por exemplo, no faturamento (passa a ser eletrônico), no recebimento das notas fiscais (que pode ser também eletrônico), no atendimento das obrigações fiscais, entre outros.

3.2 SPED Contábil

O SPED Contábil é a escrituração contábil eletrônica dos seguintes livros:

- Livro Diário e seus auxiliares se houver.
- Livro Razão e seus auxiliares se houver.
- Livro Balancetes Diários balanços e fichas de lançamentos comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Por meio de seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital no formato especificado. Este arquivo é submetido ao Programa Validador e Assinador (PVA), fornecido para *download* pelo SPED. O programa permite extração, gerenciamento, assinatura digital, registro na junta comercial, transmissão e armazenagem dos arquivos a serem enviados ao SPED.

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787/07, estão obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital (ECD):

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Portanto, desde o ano-calendário 2009, estão obrigadas ao SPED Contábil todas as sociedades empresárias tributadas pelo lucro real. Para as outras sociedades empresárias a ECD é facultativa. As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação. As regras de obrigatoriedade não levam em consideração se a sociedade empresária teve ou não movimento no período. Sem movimento não quer dizer sem fato contábil. Normalmente ocorrem eventos como depreciação, incidência de tributos, pagamento de aluguel, pagamento do contador, pagamento de luz, custo com o cumprimento de obrigações acessórias (como apresentação de DCTF⁸ e DIPJ⁹), entre outras (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013).

⁸ Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

⁹ Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica

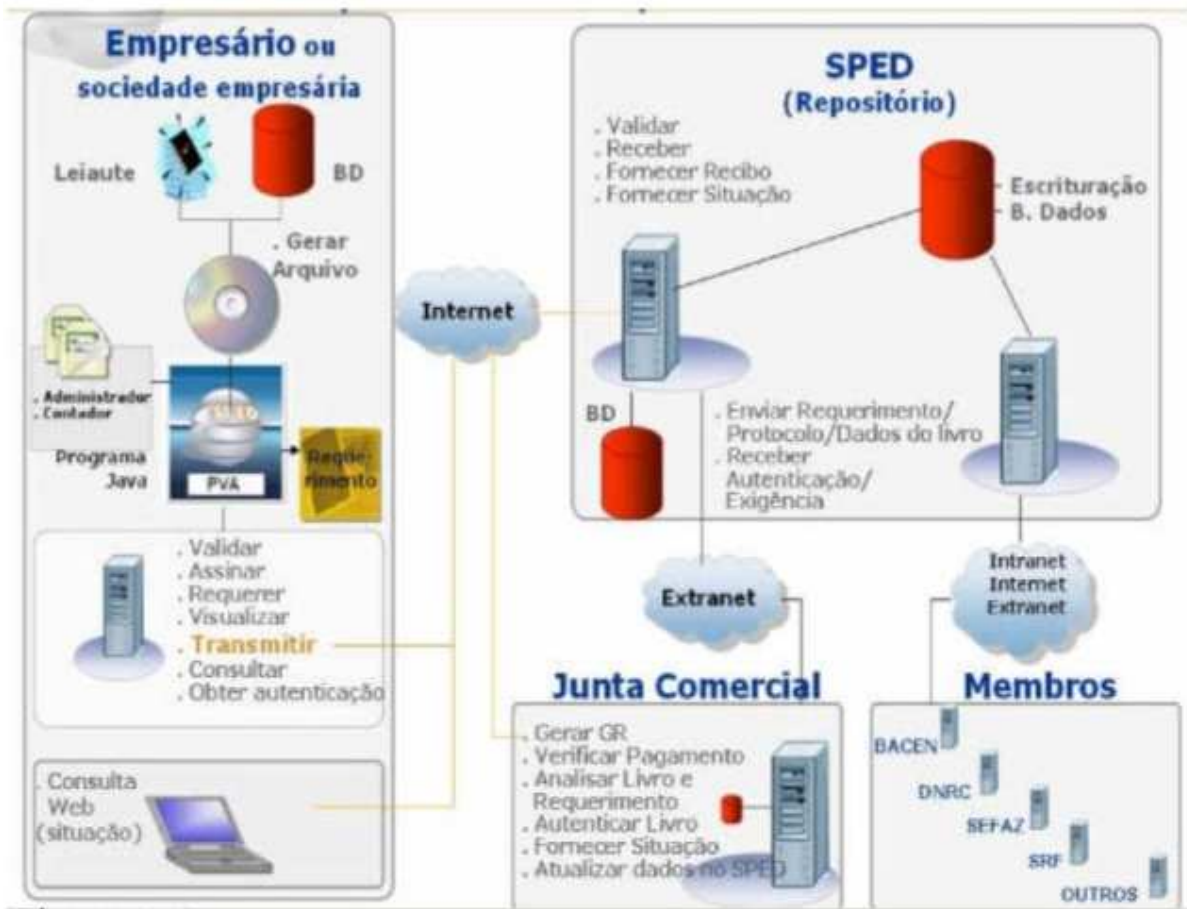


Figura 3 - Projeto SPED Contábil
 Fonte: Cardoso (2009, p.12)

3.3 SPED Fiscal

O SPED Fiscal é a escrituração fiscal digital. Ele contém um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos dos Estados e da Secretaria da Receita Federal. A partir de sua base de dados, a empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com o leiaute estabelecido em Ato COTEPE¹⁰, informando todos os documentos fiscais e demais informações referentes ao período de apuração dos impactos ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e IPI (imposto sobre produtos industrializados). Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e

¹⁰ A comissão técnica permanente (COTEPE) edita atos visando uniformizar e harmonizar o tratamento do ICMS em todo o território nacional.

Assinador (PVA), fornecido pelo SPED. O programa tem outras funcionalidades. Entre as quais, digitação, alteração, assinatura digital do EFD (escrituração fiscal digital), transmissão a exclusão de arquivos, geração de copia de segurança e restauração. O SPED Fiscal entrou em vigor em Janeiro de 2009 para todas as empresas, sendo facultada às unidades federadas a inclusão de contribuintes na EFD durante o exercício de 2008. Segundo o Convênio 143/06¹¹, o contribuinte obrigado à EFD, a critério da unidade federada, fica dispensado das obrigações de entrega dos arquivos estabelecidos pelo Convênio ICMS 57/95 (Sintegra)¹² (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013).

De acordo com CARDOSO (2013), a Legislação Básica do SPED Fiscal Digital aborda:

- Ajuste SINIEF 02, de 3 de abril de 2009 - Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital.
- Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008 - Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.
- Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 - Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.
- Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006 - Institui a Escrituração Fiscal Digital – EFD. O projeto EFD está apresentado conforme a figura 4.

¹¹ Convênio que instituiu a escrituração fiscal digital (efd)

¹² Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais por contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados

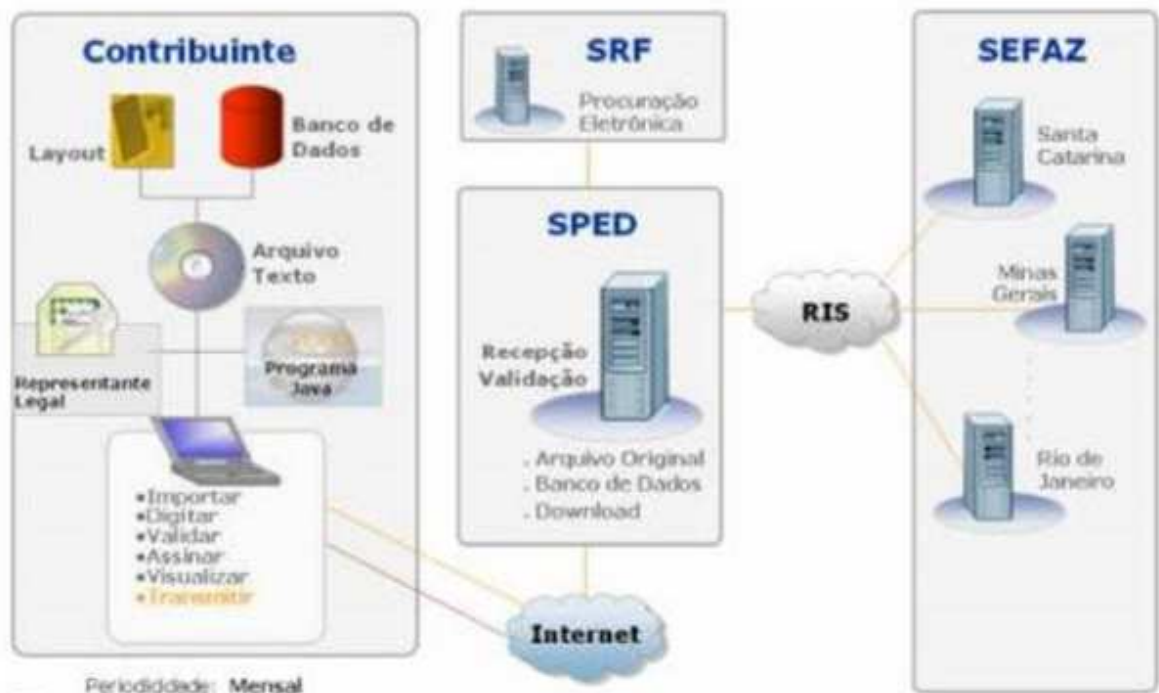


Figura 4 - Projeto SPED Fiscal

Fonte: Cardoso (2009, p.8).

Estão obrigados a EFD os contribuintes que constam na publicação do protocolo ICMS nº 77/2008, que devem apresentar as escriturações mensalmente.

3.4 Principais aspectos positivos e negativos do SPED

Neste tópico são apresentados aspectos positivos e negativos do SPED, segundo Brasil Júnior (2011).

3.4.1 Aspectos Positivos

A implantação do SPED faz com que a empresa mude a forma de trabalho e comunicação com o fisco, fazendo com que novos e melhores processos sejam desenvolvidos. A implantação possibilita aspectos positivos para a empresa:

- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre administrações tributárias, o que permite reduzir a sonegação fiscal;
- Aumento da produtividade do auditor por meio da eliminação dos passos para coleta dos arquivos, ajudando a combater a sonegação;
- Possibilidade de fácil cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais, e de intercâmbio de informações entre a União, os Estados e Municípios, o que também auxilia no combate à sonegação.
- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de papel;
- Uniformização de informações fiscais;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação, o que pode, com isso, permitir o aumento da competitividade entre as empresas;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

3.4.2 Aspectos Negativos

Além dos aspectos positivos, alguns aspectos negativos devem ser observados com atenção:

- Obrigatória rapidez (e, muitas vezes, antecipação) na entrega das informações dos contribuintes aos agentes fiscais, o que pode gerar equívocos desnecessários;
- Excessiva exposição do contribuinte, aumentando-lhe a insegurança jurídica;
- Quebra de sigilo comercial e industrial, abrindo dados da empresa a diversos fiscais, de diferentes competências, sem o adequado controle;
- Elevado custo e dificuldades de implementação do sistema;
- Risco de a empresa ficar impedida de emitir documentos fiscais em caso de falta de Certidão Negativa de Débitos (CND), lembrando que a obtenção de CND é extremamente burocrática e motivo de muitas reclamações no Brasil;
- A multa pela não entrega dos arquivos fere os princípios da capacidade contributiva, do confisco (ainda que haja divergência quanto à aplicação

desse tributo sobre multas), da razoabilidade e da proporcionalidade *stricto sensu*;

- Risco de ampliar a sonegação fiscal em alguns setores, dada a grande exposição a que ficam expostos. No setor de carnes, por exemplo, segundo já se manifestou o presidente do SICADERGS (Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul), a obrigatoriedade do SPED incrementou a venda desse tipo de produto sem nota fiscal, levando os varejistas a, na tentativa de convencer os fornecedores a fecharem negócios nessas condições, oferecerem aos fornecedores um preço maior pela carne nas operações informais;
- O processo de emissão da NF-e exigirá prévia emissão do documento ao Fisco para que esse primeiro o analise e o libere. Só então é que a mercadoria poderá circular. Com isso, se os dados não estiverem 100% compatíveis com os campos preestabelecidos, a nota não é gerada. Será preciso parar o processo e revisar onde houve erro e corrigi-lo, o que pode demorar minutos ou horas, prejudicando o sistema de logística e abastecimento da empresa (isso sem falar quando a mercadoria em questão for perecível, cujo dano então poderá ser irreversível);
- As mudanças necessárias para a implantação do sistema de NF-e demandam um salto tecnológico relevante para muitas empresas, gerando um grande desafio de integrar de forma eficaz e veloz as gestões de logística e fiscal.

Por meio da integração das informações constantes no SPED, o Fisco terá um mapeamento de todas as operações realizadas pelo contribuinte. Com isso, antes mesmo de dar saída de uma mercadoria, será necessário solicitar autorização fiscal, via emissão da NF-e, concedendo-se, desse modo, um controle em tempo real de cada movimento feito pela empresa. Assim, qualquer equívoco cometido pelo contribuinte será facilmente percebido pelo Fisco; desde um erro meramente formal até uma operação realizada com contribuinte irregular.

3.5 Informações para o profissional contábil

De acordo com Oliveira (2011) existem algumas dicas para os principais pontos e cuidados em relação ao projeto SPED.

3.5.1 Definir Equipe Responsável

A primeira providência a ser adotada no escritório é organizar uma equipe para tratar do assunto “projeto SPED”, e conscientizar-se de que o tema realmente deve ser encarado como um projeto, ou seja, deverá contar com reuniões periódicas em datas preestabelecidas e ter um plano de ação com as tarefas a serem cumpridas e suas respectivas datas de conclusão. Esta equipe deverá possuir integrantes de diversos departamentos do escritório tais como:

- Proprietário
- Diretores
- Área fiscal
- Área contábil
- Departamento pessoal
- Financeiro
- Informática
- Visitador
- Legalização
- Abertura e encerramento

O SPED é uma obrigação que extrapola as fronteiras das áreas fiscal e contábil, gerando seus efeitos em praticamente todas as áreas, o que torna recomendável, quase que obrigatório, que todos entendam e participem das discussões.

Cabem as áreas fiscal/contábil o conhecimento profundo da legislação para que possam nortear as discussões, entendendo e apontando as novas exigências para o restante do grupo. A presença da área de informática é fundamental para a execução do projeto, considerando que as informações serão todas prestadas por meio da confecção de arquivos digitais.

3.5.2 Conhecer a Legislação

Esta tarefa cumpre inicialmente aos departamentos fiscal e contábil que depois deverão dividir com a equipe o conhecimento adquirido. Este conhecimento deverá ser buscado de todas as formas possíveis tais como treinamentos, livros, CD, DVD, seminários, fóruns, consultorias, palestras etc.

Neste momento, sei que muitos empresários contábeis devem estar pensando nos custos que isto pode acarretar ao escritório, porém, nunca é demais lembrar que estamos falando de um outro modelo de administração e principalmente estamos falando de novas obrigações que trazem multas na casa dos \$ 5.000,00 reais mensais em caso de não entrega dos arquivos. O empresário deverá pesar o custo de uma consultoria versus o custo das multas a que o escritório poderá estar sujeito ao não entregar ou entregar com informações incorretas os novos arquivos.

3.5.3 Levantamento dos Clientes Atingidos (a curto e médio prazos)

O foco agora é identificar quais dos nossos clientes estão ou estarão enquadrados nestas novas obrigações.

A ideia aqui é elaborar uma relação individualizada, especificando a situação de cada um dos clientes neste novo cenário e os pontos críticos a serem atacados.

3.5.4 Avaliação dos Sistemas do Escritório e dos Clientes

Poderá surgir a necessidade de investimento em equipamentos, programas e sistemas geração e controle de informações. Como exemplo, posso citar a necessidade de possuir um controle do estoque. Conhecendo a realidade de muitos escritórios Brasil a fora, posso afirmar que é pequeno o número de clientes que possuem controle de estoque, já que estas empresas preferem deixar tudo nas mãos do escritório. Mas não é possível ao escritório controlar o estoque do cliente. Resultado: a empresa fica sem controle de estoque.

No SPED fiscal, pode-se perceber que um dos pontos principais do programa é o controle item a item dos produtos que entram e saem da empresa, obrigando assim o empresário a controlar adequadamente a movimentação dos seus produtos para poder indicar corretamente dentro do SPED esta informação. Para isso, este empresário deverá possuir um sistema integrado de controle interno (ERP) para lançar suas compras e vendas. O caso do estoque é apenas um exemplo, pois dependendo da empresa outras necessidades poderão surgir em termos de sistemas de controle.

3.5.5 Fazer Reunião Geral e Individual com os Clientes

É preciso mostrar-lhes que está cada vez mais difícil “dar um jeitinho” na escrituração, corrigir os erros mais graves, apagar os incêndios, enfim, quebrar um galho. Temos que mostrar-lhes que o empresário deverá cada vez mais preocupar-se em agir de maneira correta quanto aos tributos, controlar seus documentos e informações, fornecer dados ao seu contador, já que é usual o escritório implorar por documentos comprobatórios ou explicativos tais como extratos bancários, contratos, recibos etc.

3.5.6 Reavaliar Processos – O Escritório Dentro do Cliente

Atualmente, o modelo adotado em grande parte dos escritórios é aquele em que um visitador vai até os clientes periodicamente para recolher as notas de compra e venda. Com essas notas, são feitos os livros de entradas, saídas, apuração de ICMS, apuração de IPI, guia, gare, sintegra. As notas servem de alimento para o cumprimento de todas estas obrigações. No SPED, é diferente pelo fato de que serão necessárias várias informações que não estarão nas notas fiscais, por exemplo, dados da guia de recolhimento em alguns casos específicos, código do município numa entrega em local diverso, detalhes de uma venda/compra a prazo, número de processo judicial etc.

É necessário que se faça o armazenamento dos arquivos XML (NF-E), controle de estoque, acompanhamento do inventario físico, detalhamento das operações realizadas no dia a dia, treinamento permanente.

3.5.7 Realizar Treinamentos Periódicos (Funcionários do Escritório e dos Clientes)

Está-se falando de um cenário em que novas informações serão requeridas e será exigida maior exatidão no preenchimento de notas fiscais, documentos e obrigações acessórias.

O escritório contábil, que é o destino final dos documentos da empresa, recebe as informações e documentos depois que as operações já aconteceram, em muitos casos, bem depois, ocasião em que às vezes não dá para fazer mais nada para consertar.

Mas é necessário também que o pessoal do escritório esteja afiado nas mudanças em cada cliente. Falamos em criar uma equipe para discutir o SPED; porém, este grupo deverá repassar os conhecimentos, as decisões para todos os outros funcionários, desde o dono do escritório até a telefonista, passando pelo visitador e o Office boy.

Já do lado cliente, o primeiro treinamento é dizer o que é e o que significara este projeto SPED. Orientar sobre a necessidade de manter os cadastros em ordem, oferecer conhecimentos básicos de impostos em geral para a emissão de nota fiscal, alertar para a obrigatoriedade de conferência do danfe e do dcte (documento auxiliar que representa o ct-e – conhecimento de transporte eletrônico), indicar cursos, palestras, literaturas que estejam ao alcance do entendimento desses funcionários do cliente, e inclusive orientar o cliente quanto ao maior cuidado na hora de contratar um funcionário, pois a partir de agora será necessário que para alguns postos o funcionário possua conhecimentos básicos de emissão de documentos e tributação fiscal. Comprador e vendedor no cliente também precisam estar atentos ao SPED, pois são eles os responsáveis pelos cadastros dos clientes e fornecedores.

3.6 GOVERNO ELETRÔNICO EM OUTROS PAÍSES

Segundo Geron (2011) o Governo brasileiro inspirou-se em modelos de Governos Eletrônicos de países como Espanha, Chile e México, entre outros, para a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), entrando na era digital.

O termo Governo Eletrônico foi usado pela primeira vez, em 1999, nos Estados Unidos da América, pelo então vice-presidente Al Gore; que na época, apontava a possibilidade de os órgãos governamentais se utilizarem da tecnologia da informação e comunicação para apoiar e melhorar os serviços públicos à sociedade. De acordo com este fato, pode-se entender que o Governo Eletrônico foi criado para integrar Governo, empresas e cidadãos por meio da tecnologia da informação e comunicação (CHEN apud GERON, 2011).

De acordo com Chahin et al. (2004, p. 3) o Brasil desponta como líder em Governo Eletrônico entre os países em desenvolvimento; entretanto, esse movimento desenvolve-se em nível mundial e há várias experiências comprovadamente exequíveis, que com adaptações poderiam ser utilizadas no Brasil com sucesso. Entre os países que dispõem de legislação sobre o assunto,

estão a Argentina, Chile, México, Costa Rica, Colômbia e Austrália, além dos países da União Europeia, em função da adoção da Diretiva 115/2001¹³.

Aproveitando este momento de evolução, em termos de gestão, o Governo brasileiro utilizou-se da experiência de Governos Eletrônicos de outros países como modelo, tais como Espanha, Chile e México; e também entrou na era digital com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com a finalidade de aproximar o fisco de seus contribuintes (BRASIL, 2011). Este sistema foi instituído pelo Governo brasileiro por meio do Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); tem como objetivo a melhoria do controle de processos e apoio ao fisco, além de maior rapidez de acesso às informações dos contribuintes, tendo uma fiscalização mais efetiva das operações, com o cruzamento de dados de auditoria eletrônica.

De acordo com Geron (2011), no ano de 2001, o Chile lançou sua estratégia de Governo Eletrônico. Os esforços em torno da implantação deste novo sistema no País têm sido reconhecidos não só nacionalmente, mas também internacionalmente. Há uma série de estudos internacionais que colocam o Chile nos primeiros lugares em relação ao desenvolvimento do Governo Eletrônico em todo o mundo (SEPÚLVEDA; VÁSQUEZ; GUTIÉRRES, 2006, p. 17 apud GERON, 2011). O Chile foi um dos primeiros países na América Latina a implantar em seu Governo a validação dos documentos eletrônicos por meio de um certificado digital. Em março de 2002, promulgou a Lei n.º 19.799 deste país que trata sobre Documentos Eletrônicos, Assinaturas Eletrônicas e Certificação de Serviços das empresas.

Em busca de aumentar a eficiência de sua prestação de serviços públicos, o México passou a investir na ideia de que a construção de um Governo Eletrônico traz consigo a promessa de contribuir decisivamente para a sua modernização (URRUTIA, 2005, p. 1 apud GERON, 2011). Assim como o Chile, o México também foi um dos pioneiros a desenvolver a certificação digital para documentos eletrônicos, em janeiro de 2002, por meio de um decreto. O México teve como objetivo regulamentar a certificação por meio de identificação eletrônica, para ser utilizada em transações eletrônicas. Por meio deste Decreto, o Governo autoriza as empresas devidamente regulamentadas a emitir a certificação digital.

¹³ Diretiva que altera a Diretiva 77/388/CEE tendo em vista simplificar, modernizar e harmonizar as condições aplicáveis à faturamento em matéria de imposto sobre o valor acrescentado.

3.7 TRABALHOS RELACIONADOS

Este tópico tem por objetivo abordar trabalhos já desenvolvidos relacionados ao SPED. O primeiro deles refere-se a Estrutura do sistema público de escrituração digital (SPED): um estudo das novas obrigações e tem como autores Suzete Antonieta Lizote e Diego Menin Mariot, onde o objetivo do trabalho é descrever a estrutura do projeto SPED e as novas obrigações pertinentes previstas na legislação. Segundo os autores, o fisco estruturou o SPED de forma eficaz e com validade jurídica, pela assinatura eletrônica, efetivando o recebimento de diversos tipos de informações fiscais e contábeis das empresas. Também ficou evidente a não descontinuidade com a exigência de entrega das obrigações acessórias anteriores, ocasionando casos de duplicidade de dados (LIZOTE e MARIOT, 2012).

O segundo trabalho tem como título “SPED – sistema público de escrituração digital: percepção dos contribuintes em relação aos impactos de sua adoção” de autoria de Cecília Moraes Santostaso Geron, João Ricardo Finatelli, Ana Cristina de Faria e Maria do Carmo Romeiro, tendo como objetivo verificar se houve nas empresas melhorias operacionais quando da adoção do SPED. Foram comparados a estudo semelhante efetuado no Chile e verificou-se que os contribuintes brasileiros têm perspectivas diversas dos chilenos. Os respondentes não obtiveram resultados satisfatórios em termos de redução no tempo de emissão de uma nota fiscal, agilidade e produtividade no recebimento de mercadorias ou redução na aquisição de papel. Muitos têm a perspectiva de que terão benefícios no futuro, principalmente em relação à diminuição dos riscos de fraudes e dos custos operacionais (GERON et al., 2011).

O terceiro trabalho tem como título “Brasil- Portugal: uma troca de experiências fiscais, a implantação do imposto sobre o valor acrescentado no Brasil e do sistema público de escrituração digital em Portugal” tem como objetivo a implantação do IVA (Imposto sobre o valor acrescentado) no Brasil e do SPED em Portugal. Este trabalho afirma que a implantação do IVA no Brasil baseada no modelo Português (Europeu) traria vantagens para o governo e os seus contribuintes. Para o governo uma maior harmonização internacional do imposto sobre o consumo; controle da concorrência interestadual; agilidade no combate à fraude fiscal; otimização dos gastos públicos. Para os contribuintes o ganho seria na

administração dos impostos sobre o consumo; redução dos custos de cumprimento devido à diminuição substancial do número de obrigações acessórias. Ainda afirma que a implantação do SPED em Portugal baseada na experiência Brasileira, contribuiria para uma maior troca e padronização das informações contábeis e fiscais; redução dos custos de contexto (cumprimento); otimização das obrigações acessórias para os contribuintes; criação de um fluxo de informação mais abrangente que permitiria a identificação de ilícitos tributários; e uma maior aproximação entre os dois setores público e privado (MENEZES, 2011).

4 MÉTODOS E TÉCNICAS

A metodologia aplicada se dá conforme o enfoque principal que a pesquisa necessita para alcançar seus objetivos. O delineamento aborda o desenvolvimento da pesquisa, considerando o ambiente em que os dados são coletados e as formas de controle das variáveis envolvidas. O delineamento da pesquisa revela quem será pesquisado e quais serão as questões levantadas. Gil (2002) comenta que o delineamento da pesquisa trata do planejamento da mesma, em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados.

O tipo de pesquisa envolvida no desenvolvimento do presente trabalho foi de natureza exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos a serem utilizados optou-se pelo levantamento e com referência a forma de abordagem do problema, a pesquisa qualitativa.

4.1 Pesquisa Exploratória

Segundo Selltiz et al. apud Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. E também proporciona maior familiaridade com o problema, tornando-o mais visível ou com possibilidade de se levantar mais hipóteses. Através da exploração os pesquisadores desenvolvem conceitos de forma mais clara, estabelecem prioridades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o planejamento final da pesquisa.

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ ET AL apud GIL, 2002, p. 41).

Utilizou-se a pesquisa exploratória pela necessidade de desenvolver uma visão geral sobre o tema pesquisado através de um aprofundamento teórico que foi realizado em literatura já publicada, como livros, artigos e demais publicações científicas sobre os assuntos relacionados à Sped, à área de Contabilidade e Tecnologia da Informação.

4.2 Levantamento

Segundo Gil (2002), nas pesquisas em que se utiliza o levantamento, a principal característica é a interrogação direta das pessoas envolvidas na pesquisa. Sendo assim solicitam-se informações para os indivíduos que contribuirão para o desenvolvimento da pesquisa sobre determinado tema objeto da mesma, e logo se inferem as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Na presente pesquisa foi necessário contato direto com o diretor da empresa, com o contador e o gestor de Tecnologia da Informação da empresa com o objetivo principal de obtenção das informações necessárias para se chegar ao detalhamento do objetivo deste trabalho.

4.3 Pesquisa Qualitativa

Ao utilizar uma abordagem qualitativa o investigador sempre faz alegações de conhecimento baseando-se principalmente em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais e historicamente construídos, tendo por objetivo o desenvolvimento de uma teoria ou padrão).

O tipo de pesquisa qualitativa é o mais adequado para o assunto que será pesquisado porque procura descrever a complexidade de um determinado problema, analisando a interação de certas variáveis.

4.4 Definição da área ou população

A pesquisa foi realizada na área contábil e tributária de uma única empresa, do segmento de materiais de construção, denominada no decorrer do trabalho como empresa ABC, com o intuito de analisar com maior profundidade os impactos da implantação de um sistema de escrituração digital – SPED.

4.5 Planos e instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coletas de dados utilizados foram os seguintes:

- Observação: Foi realizada observação das atividades realizadas nos setores contábil e fiscal para um maior entendimento das rotinas.
- Contato com os profissionais envolvidos: Foi necessário contato com os profissionais envolvidos na área contábil e tributária da empresa bem como o Gestor de Tecnologia da Informação.
- Documentos da organização: na contabilidade foram analisadas as demonstrações contábeis, na área fiscal foram analisados os livros de entradas e saídas, livros de inventários e tributação dos produtos, já na tecnologia de informação foi necessário acesso ao ERP¹⁴ da empresa, bem como manuais e procedimentos operacionais.

4.6 Plano de análise dos dados

A análise dos dados coletados foi realizada através da interpretação de todas as informações obtidas no decorrer da pesquisa. A interpretação dos dados foi

¹⁴ *Enterprise Resource Planning*, integração todos os dados e processos de uma organização em um único sistema.

realizada mediante a análise de todas as respostas obtidas com os profissionais envolvidos com a implantação do SPED. A análise permitiu que fosse levantados os benefícios e dificuldades da implantação e utilização do SPED, bem como o confronto com o levantamento bibliográfico realizado na revisão da literatura.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A empresa ABC atua no ramo de venda de matérias para a construção civil, fundada em 1974, na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul. Seu regime de tributação é lucro presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social e o débito e crédito para apuração do imposto sobre circulação de mercadoria e serviço (ICMS). Atualmente é constituída de três sócios, conta com oitenta colaboradores distribuídos em diferentes setores.

Até o início de 2012 a empresa realizava todos os procedimentos de compra e venda praticamente de forma manual onde tinha um software apenas para cadastros e emissão de notas impressas em formulários contínuos. Sua escrituração contábil e fiscal era realizada por um escritório de contabilidade terceirizado onde era entregue toda documentação fiscal e contábil para o escritório de contabilidade processar e enviar as informações necessárias ao fisco, assim não havendo qualquer processo digital na prestação das informações pela empresa ao fisco.

No ano de 2012 recebeu o comunicado do governo que teria que prestar informações ao fisco através do Sistema Público de Escrituração Digital e gerar as informações para envio direto na empresa, assim tendo que automatizar todos os seus processos de trabalho.

Para a implantação do projeto SPED na empresa ABC ocorreram as seguintes etapas:

5.1 Comunicação

O profissional contábil da empresa ABC verificou que a mesma vai ter que mudar a forma de como enviar suas informações contábeis e fiscais para o fisco.

5.2 Reuniões

Diante disso o contador marca uma reunião com o diretor da empresa para explicar sobre o novo projeto. Analisando as informações passadas pelo contador verifica-se a necessidade da participação do gestor de TI no projeto SPED. Na reunião ficou acertado que o profissional contábil teria que fazer uma análise de toda a legislação contábil e fiscal que envolve a implantação do SPED e o gestor de TI de analisar o que a empresa teria que mudar na parte de software e hardware para assim marcarem uma nova reunião para tentar mensurar quais seriam as mudanças que teriam que haver.

Passado o período de levantamento das informações pelo contador e o gestor de TI, realizaram um novo encontro com o diretor da empresa, o profissional contábil entregou um relatório com as mudanças que teriam que ocorrer na empresa no que envolveria a parte contábil e fiscal. São mudanças nos processos de recebimento de mercadorias, venda, emissão de notas, mudanças nos cadastros de produtos, clientes, fornecedores, códigos fiscais, naturezas de operações, integração entre os setores da empresa e adequação dos softwares da empresa ao layout do SPED para a geração e envio das informações ao fisco.

Já o gestor de TI informou que a empresa teria que adquirir um novo servidor, novos computadores, fazer uma nova rede de computadores, aumentar a velocidade da internet, colocar novos *nobreaks*, e verificar junto a *software house* se o software de gestão empresarial (ERP) está habilitado a gerar e enviar as informações ao SPED.

5.3 Decisão

Diante das informações o diretor verificou que além das mudanças nos processos de trabalho e estruturais na empresa, teria que investir em novos profissionais e em treinamentos para os colaboradores da empresa, assim tendo que contratar consultores nas áreas contábil e fiscal, designou o contador e o gestor de TI como coordenadores da implantação do projeto SPED na empresa.

5.4 Início do projeto

O contador marcou uma reunião com todos os coordenadores dos setores da empresa para explicar sobre o projeto SPED e o que iria mudar nos processos de trabalho da empresa, também que os coordenadores iriam participar de cursos e palestras sobre SPED e que teriam que passar essas informações para seus colaboradores.

5.5 Treinamentos

Nos treinamentos o contador pode observar as dúvidas e dificuldades dos colaboradores em geral em assimilar aquelas mudanças que estavam acontecendo na maneira de como a empresa trabalhava até então, sendo que nesse período ocorreram demissões e pedidos de demissão na empresa fazendo com que novos profissionais fossem contratados, daí surgiu um novo problema a dificuldade de mão de obra especializada nas áreas fiscal e contábil que envolva o SPED.

5.6 Mudanças nos processos

Antes da implantação do projeto SPED a empresa trabalhava da seguinte forma: tinha um software que não trabalhava de forma integrada assim causando a digitação da mesma nota mais de uma vez, não tinha o controle dos processos através de relatórios fornecidos pelo software para a tomada de decisão.

O setor de estoque recebia a mercadoria lançava a nota de compra no software de forma manual assim podendo ocorrer diferentes tipos de erros, essa mesma nota era levada para ser digitada no setor fiscal e contábil, a emissão de notas de venda era feita em formulários contínuos em impressoras matriciais com informações básicas dos produtos, muitas vezes sendo emitidas com códigos fiscais de operações e prestações errado, podendo qualquer campo da nota ser facilmente

alterada pelo usuário do caixa responsável pela emissão, os cadastros de clientes, fornecedores e produtos eram incompletos, pois não passavam por nenhum processo de validação.

Após a implantação do projeto SPED, já durante os treinamentos e mudanças de softwares, os processos começaram a mudar. O novo software forneceu a opção de integração entre os setores da empresa assim acabando com o retrabalho.

A entrada de mercadoria passou a ser realizado pela importação do arquivo XML enviado pelo fornecedor assim não sendo mais necessária a digitação da nota e diminuindo o risco de erros ou fraudes, todos os cadastros de clientes, fornecedores, produtos, naturezas de operações, código fiscais de operações, prestações foram revistos e alterados para evitar que ocorram inconsistências nas emissões da nota fiscal eletrônica e no envio dessas informações para serem validadas no SPED.

Foi adquirido pela empresa três certificados digitais para a assinatura eletrônica dos documentos emitidos como notas fiscais eletrônicas e para a transmissão do arquivo validado no sistema SPED para o fisco.

Na parte de segurança foram adquiridos softwares antivírus para todos os computadores, foi configurado as permissões de usuários no sistema operacional, softwares de gestão e internet de acordo com o setor e função que desempenha dentro da empresa, a empresa investiu em um serviço de backups local e nas nuvens.

5.7 Dificuldades e Benefícios

O SPED é a quebra de paradigmas na contabilidade e nas empresas devido a forma de como as empresas se comunicavam com o fisco e como vão ter que se comunicar.

É um cenário completamente diferente, sendo assim, gera muitas dúvidas e dificuldades na sua implantação. Não foi diferente na empresa ABC. Antes do SPED a empresa apenas enviava as notas de compra e venda para setor de contabilidade lançá-las em seus sistemas contábeis para a apuração dos impostos que deveriam ser recolhidos e pagos. Nada era feito de forma digital.

Com a implantação do SPED, os setores contábil e fiscal utilizam o mesmo sistema utilizado pelos outros setores para assim todos trabalharem de forma integrada, não havendo a necessidade de digitar a mesma nota na entrada da mercadoria, na contabilidade e nos livros fiscais como era antes do SPED.

Os colaboradores tiveram várias dificuldades, de acordo com o setor em que trabalham. O setor de emissão de notas fiscais, antes emitia notas em formulários contínuos sem validação dos dados. No momento que as notas passaram a ser eletrônicas, antes de serem impressas, as informações são validadas.

Foram necessárias alterações nos cadastros de clientes, produtos, CFOPS¹⁵, naturezas de operação, para que no momento de validar os dados não ocorresse inconsistências nas informações.

O setor do estoque que recebe as mercadorias e as notas de compras, antes lançadas as notas de forma manual, ocasionando muitos erros de digitação. Agora passou a importar o arquivo XML enviado pelos fornecedores, não sendo mais necessário o lançamento manual.

O setor fiscal que antes lançava as notas de compra e venda manualmente para poder calcular os impostos e enviar as informações para diferentes sistemas do governo. Hoje apenas faz o confronto das notas de compra e venda para a apuração dos impostos para recolhimento e envio das informações ao fisco através do SPED, antes o setor da contabilidade além de fazer todos os lançamentos contábeis para a emissão das demonstrações contábeis tinha que lançar as notas de compra e venda de forma manual.

Agora com o SPED apenas são realizados ajustes contábeis para a emissão das demonstrações. Nessa parte do estudo verificou-se a importância do contador da empresa. Com o SPED, esse profissional deixa de ser apenas um guardador de livros e passa a ser um consultor fiscal e contábil e de fundamental importância para o sucesso ou insucesso da implantação do SPED.

Também verifica-se a necessidade do contador ter conhecimentos na área da informática para auxiliar a equipe de TI na parametrização dos softwares, para que o SPED seja implantado é necessário que a alta administração da empresa esteja engajada nesse projeto junto com os profissionais da contabilidade e do setor de TI da empresa.

¹⁵ Códigos Fiscais de Operações e prestações

5.8 Custos

A implantação do SPED gera grandes mudanças na maneira de como as empresas irão enviar suas informações contábil e fiscal para o governo. Mudam os processos de trabalho. A direção da empresa precisa entender o SPED para acompanhar o andamento do projeto. Os colaboradores precisam de treinamentos para desempenhar novas funções. A estrutura de hardware e software precisa ser mudada.

É inevitável que a empresa não tenha que investir altos valores no processo de implantação do SPED, sendo que alguns desses investimentos serão permanentes: como consultorias nas áreas contábil e fiscal; em softwares; hardware, para que mesmo após o término da implantação do SPED, continue funcionando de forma correta.

Verifica-se também que a implantação do SPED é um investimento e não custo, pois se o processo for feito de maneira correta, o SPED, a médio e longo prazo vai trazer vários benefícios para a empresa, como diminuição de impressão de papel, redução de impostos, o fim de espaço físico para a guarda de documentos (no SPED os documentos são digitais), controle de estoques, controle de compras, vendas, assim como outros relatórios para auxílio na tomada de decisões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) é uma solução tecnológica que foi oficializada em janeiro de 2007 pela Receita Federal do Brasil (RFB). O SPED visa melhorias no processo de modernização da administração tributária, em um novo sistema que passa a ter um formato digital específico e padronizado. Os livros contábeis e fiscais, além de outras obrigações acessórias em papel, são agora substituídos por arquivos eletrônicos. O SPED vem para facilitar o acesso às informações, reduzir o armazenamento de documentos e locação de espaço, gerando expressiva redução do tempo de sua execução quando se trata da realização de auditorias.

Através da literatura utilizada verificou-se que essa nova exigência do governo, o SPED, é apenas mais uma etapa da modernização imposta pelo governo para combater a sonegação fiscal no país. O SPED foi criado para que informações entre contribuintes e o fisco passem a ser mais ágeis e precisas com a unificação das atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas. Porém, para que isso aconteça, é preciso que os profissionais da área sejam capacitados de acordo com o que a modernização do fisco requer. Essa modernização exige desses profissionais uma preparação para operarem os sistemas digitais.

O objetivo do trabalho foi de mostrar quais mudanças a implantação do SPED pode causar em uma empresa, através das conversas com os responsáveis pelo projeto.

Através do levantamento bibliográfico verificou-se que todos os processos de trabalho e de gestão foram alterados, assim como a maneira da empresa tratar da informação contábil e fiscal produzida nos processos de compra e venda de mercadorias. Também foi verificado as dificuldades enfrentadas pelos coordenadores do projeto em mudar a forma de como os processos eram antes do SPED, as hipóteses que surgiram no decorrer do projeto e que tiveram que serem analisadas para saber a melhor forma de agir para respondê-las.

Durante a implantação do projeto refletiu-se sobre as conseqüências que o mesmo traria para a empresa ABC, sendo que foram muitas sendo algumas positivas com redução de impressões assim diminuindo o consumo de papel

reduzindo os custos da empresa e ajudando o meio ambiente, melhorou os processos da empresa de forma geral, o espaço para guardar documentos foi reduzido, pois no SPED a documentação é digital, uma maior utilização do software de gestão assim a empresa pode utilizar relatórios para auxiliar na tomada de decisões.

Como pontos negativos a dependência da TI na rotina da empresa onde nada mais é feito sem o auxílio de computadores e sistemas, o investimento em consultorias fiscais e contábeis para treinamentos dos colaboradores, a mudança em toda a estrutura de hardware e software. Assim, os objetivos deste trabalho foram alcançados, mostrando a implantação do projeto SPED e as mudanças e impactos ocorridos na empresa ABC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Administração de Informática: funções e fatores críticos de sucesso**. Colaboração de Rosa Maria de Moura. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ALBERTIN, Alberto Luiz; ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. Benefícios do uso de tecnologia de informação para o desempenho empresarial. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 42, p. 275-302, mar./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/sta/textos/nf001.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2011.
BRASIL. **Decreto nº 6.022 de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital- SPED. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de jan.2007. Edição Extra.

BRASIL. RECEITA FEDERAL. Sistema Público de Escrituração Digital . Disponível em < www.receita.fazenda.gov.br/Sped >. Acesso em: 25 set. 2011.

BRASIL JÚNIOR, Vicente. **Guia prático do SPED: Manual de consulta indispensável para os operadores da matéria fiscal**. São Paulo: Ônix Jur, 2011.

BRITTO, D. **SPED** – Sistema Publico de Escrituração Digital. 2008. Jus Vigilantibus. Disponível em <<http://jusvi.com/artigos/35924>>. Acesso em: 09 de jan. 2013.

CARDOSO, Ricardo L. SPED Contábil e Fiscal: Os desafios da implementação, uma abordagem prática. Disponível em: <http://www.iobsolucoes.com.br/pdf/Consulcamp_CIESP.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2013.

CASTRO, M. G. **SPED** - Sistema Publico de Escrituração Digital. SPED – Digital Bookkeeping System. Disponível em:http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/brasil/10_86.pdf. Acesso em: 05 de fev. 2013.

CHAHIN, A. et al. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na Era do Conhecimento**. São Paulo: Ideas@work, 2009.

FURASTÉ. Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 15. Ed. Porto Alegre: [s.n.]: 2010.

GERON, Cecília Moraes Santostaso. et al. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 5, n. 2, art. 3, p. 44-67, ISSN 1981-8610. mai/ago. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HUNTER, Richard; WESTERMAN, George. **O verdadeiro valor de TI.** São Paulo: M.Books, 2011.

LIZOTE, Suzete Antonieta; MARIOT, Diego Menin. A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. Navus Revista de Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em: <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: Nov. 2013.

MAHLE, Marciane Maris; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo. **Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC.** 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.36/index.php/CRCSC/article/view/1213/1148>>. Acesso em: nov. 2013

MENEZES, João Paulo Calembó Batista. **Brasil-Portugal: Uma Troca de Experiências Fiscais, a Implantação do Imposto Sobre o Valor Acrescentado no Brasil e do Sistema Público de Escrituração Digital em Portugal.** Lisboa: 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado Em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais). Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:www.repository.utl.pt:10400.5/3497>> Acesso em: Nov. 2013.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de Informações Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2002.

NASAJON, Cláudio; SANTOS, Eunice. **SPED e NF-e: Vem cá, que a gente explica.** Disponível em < <http://www.spedconsulta.com.br/>>. Acesso em: nov. 2012.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DO BRASIL. **Cartilha SPED Brasil**. Disponível em <<http://www.nfedobrasil.com.br/pdf/CARTILHA%20SPED%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: Jan. 2013.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade informatizada**. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis**. 4 ed. Editora Atlas 2004.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação...** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Novos contribuintes estarão obrigados a Escrituração Fiscal Digital (EFD) em 2012**. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/NoticiaDetalhes.aspx?Noticiald=4606>>. Acesso em: 09 de mar.2013.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS JUNIOR, Silvio; FREITAS, Henrique; LUCIANO, Edimara Mezzomo. Dificuldades para o uso da tecnologia da informação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19959/000476449.pdf?sequence=1>> Acesso em: nov. 2013.

SOUZA, Cesar Alexandre de. **Uso organizacional da tecnologia de informação: um estudo sobre a avaliação do grau de informatização de empresas industriais paulistas**. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-17042006-193159/>>. Acesso em: nov. 2013.

OLIVEIRA, Antonio Sérgio de. **SPED no Escritório Contábil – Manual do contador**. São Paulo: ÔnixJur, 2011.

JR, Vicente Brasil. **Guia Pratico do SPED**. São Paulo: ÔnixJur, 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. SPED. Disponível em:
<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>>. Acesso em: 25 de fev. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>> Acesso em:
22 de jan. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>> Acesso em: 22
de jan. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/premissas.htm>> Acesso em:
22 de jan. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>> Acesso em:
22 de jan. 2013.

WEILL, Peter; ROSS, Jeanne W. **Governança de tecnologia da informação**.
Revisão Técnica de Tereza Cristina M. B. Carvalho. São Paulo: M.Books, 2006.